

ATA

Processo nº	Órgão Colegial
CM/2026/18	Câmara Municipal
DADOS DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO	

Tipo Convocatória:

Ordinária

Data:

11 de agosto de 2026

Duração:

Início às 16:08h e fim às 17:51h

Local:

Sala 5

Presidida por:

Pedro Miguel De Carvalho Duarte

Secretariada por:

Ana Cristina Inteiro Guindeira

Presenças na sessão:

Nome Completo	Presente
Pedro Miguel De Carvalho Duarte	SIM
Vera Lúcia Pires De Carvalho	SIM
Ana Maria Proença Filipe	SIM
Francisco Pedro Salgado Gouveia	SIM
Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho	SIM

Verificadas as presenças e respetivo quórum da sessão, o Presidente abriu a sessão, procedendo à deliberação sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

ATA CÂMARA MUNICIPAL
Número: 2026-0018 Data: 14/08/2026



A) Período antes da ordem do dia

Nos termos do artigo 52.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi iniciado o período antes da ordem do dia, com a seguinte intervenção: Intervenção do Sr. Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Muito boa tarde a todos. Vamos dar início à nossa reunião pública, a primeira deste mês.

Antes de entrarmos no período da ordem do dia, farei uma breve resenha de alguns assuntos relevantes ocorridos no último mês, antes da última reunião de Câmara. Seguidamente, os senhores vereadores, caso assim o entendam, terão a oportunidade de se inscrever para trazer os temas que considerem pertinentes para este período de antes da ordem do dia.

Em termos da nossa atividade marcada já por alguns períodos de férias, uma vez que eu próprio e a senhora vereadora Patrícia Carvalho já usufruímos de alguns dias, há ainda assim aspetos importantes a evidenciar. Começo pelo acompanhamento e pela visita que fizemos à obra do Canil Municipal com a equipa técnica do Município de Foz Côa. Como sabem, esta é uma intervenção muito importante para nós, com um investimento muito significativo e que nos preocupa. Temos trabalhado da melhor forma possível no âmbito do bem-estar animal, sendo este equipamento absolutamente imprescindível para darmos corpo às políticas que idealizamos. A obra decorre com algum atraso, mas nada de muito preocupante, mantendo-se a expectativa de termos o espaço aberto e ao serviço da comunidade no início do próximo verão.

Gostaria ainda de destacar, as comemorações do 10º Aniversário do Centro de Alto Rendimento do Pocinho. Contamos com a presença do senhor Secretário de Estado da Juventude e da senhora Presidente da Fundação do Desporto, Susana Feitor, com quem tivemos oportunidade de conversar sobre a nossa visão e política para aquele espaço, visando potenciar a captação de utilizadores. No seguimento dessa dinâmica, e após a reunião com a senhora vereadora do Desporto, Patrícia Carvalho, o senhor Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem visitou-nos na semana passada, permitindo-nos transmitir exatamente a mesma mensagem. O CAR é hoje um centro multidisciplinar, mas foi pensado originalmente para o remo e para a canoagem. Temos todo o interesse numa cooperação estreita com a federação, para que possam utilizar o espaço, sabendo que isso trará vantagens tanto para a Federação Portuguesa de Canoagem como para Foz Côa. O presidente ficou maravilhado com as condições encontradas, pelo que esperamos dar o devido seguimento a este feedback positivo.

Importa igualmente destacar a reunião com o novo Presidente da MOVIOJEM, entidade pública responsável pela gestão das Pousadas de Juventude. O Presidente e dois membros da direção visitaram-me no primeiro dia do Côa *Summer Fest*, evento em que também



marcaram presença, proporcionando a oportunidade de dialogarmos sobre os planos para a Pousada da Juventude e sobre o contributo que o Município poderá dar para a revitalização deste espaço. Embora, as atuais taxas de ocupação ainda sejam reduzidas, verifica-se uma evolução positiva face ao ano anterior. Através de uma colaboração mais estreita entre a MOVIOJovem e a autarquia, acreditamos que será possível potenciar a utilização deste equipamento, colocando-o de forma mais eficaz ao serviço da comunidade e de quem visita o nosso concelho.

Realço também a reunião entre os presidentes de junta e as minhas duas vereadoras com a Caixa Geral de Depósitos, para a apresentação do projeto "Multibanco Mais Perto". Parece-me um projeto interessante para as nossas freguesias, visando descentralizar serviços bancários essenciais. Os presidentes de junta tiveram a oportunidade de conhecer o projeto e avaliarão a pertinência da sua adoção para permitir o levantamento de dinheiro e outros serviços básicos.

Num outro âmbito, assinalo a assinatura do protocolo de apoio económico com todas as IPSS do concelho, destinado a ajudar na implementação de medidas de autoproteção, uma imposição legal obrigatória. Decidimos avançar com um protocolo que prevê um apoio inicial de 2.500 euros, acrescido de mais 1.500 euros, totalizando 4.000 euros por IPSS. Multiplicado pelas 10 instituições, representa um investimento municipal de 40.000 euros. Embora para algumas IPSS o valor possa não ser totalmente suficiente devido à sua dimensão, constitui um primeiro passo importante no apoio a instituições que prestam um serviço tão relevante no nosso concelho.

Assinalo também, a assinatura do protocolo com a associação *Côanimal*, no valor de 12.000 euros, como medida complementar ao nosso trabalho em prol do bem-estar animal. A *Côanimal* tem desempenhado um papel fundamental e constitui um parceiro importante para a Câmara Municipal.

Estive igualmente presente na apresentação do projeto "*Regadouro*" no Museu do Côa, uma parceria que integra várias entidades, entre as quais as Águas do Norte, focado em estudar a possibilidade de utilizar águas residuais tratadas (ETAR) na rega da vinha. Os estudos foram apresentados com resultados satisfatórios e iremos avaliar a participação da autarquia, a aplicabilidade prática e o investimento necessário para o futuro.

Outra questão de relevo foi a entrega de mais uma habitação na freguesia de Santa Comba, no âmbito do programa "1.º Direito", desta vez a um beneficiário direto. Como sabem, este é um projeto caro para a Câmara Municipal. O PRR está a chegar ao fim e, embora nem todas as obras fiquem concluídas a tempo, continuaremos a trabalhar. A habitação é uma área essencial da nossa política pública. Tentaremos terminar o máximo de casas possível até ao final do ano (beneficiando de uma comparticipação de até 85%) e prosseguir no próximo ano (com 85% ou 60%, conforme aplicável), dando cumprimento à nossa Carta Municipal de



Destaco ainda a 13.^a edição do *Côa Summer fest*. Um festival de juventude que tem crescido de ano para ano de forma sustentada. Quero deixar uma palavra muito especial aos jovens da JGF: o esforço, o rigor e a responsabilidade com que gerem este evento. mobilizando as suas vidas para estarem presentes em Foz Côa, são verdadeiramente assinaláveis. O sucesso e a satisfação no final do festival deixam-me enormemente satisfeito, havendo sempre arestas a limar, mas com um crescimento sustentado evidente.

Concluindo esta intervenção inicial, não posso deixar de assinalar o dia de ontem, que ficará certamente na história do nosso concelho, com a celebração dos 30 anos do Parque Arqueológico do Vale do Côa. A presença de tantas individualidades, encabeçadas por Sua Excelência o Presidente da República, constituiu motivo de enorme satisfação e evidenciou a importância do património que celebrámos. A participação dos mais altos representantes das instituições nacionais contribuiu para reforçar a projeção e a visibilidade de Vila Nova de Foz Côa, atraindo uma relevante atenção mediática para o concelho.

Aproveito igualmente para anunciar, creio que os convites já foram enviados, que a Senhora Ministra da Cultura estará presente no Fórum da Cultura, que se realizará nos dias 20, 21 e 22 de setembro, em Vila Nova de Foz Côa. Trata-se de uma iniciativa descentralizada do Ministério da Cultura que muito nos honra acolher e para a qual colaboraremos estreitamente com a Fundação Côa Parque.

Por fim, assinalo a conclusão da entrega dos últimos aparelhos de teleassistência na freguesia de Santa Comba, perfazendo um total de 50 equipamentos no concelho, num projeto desenvolvido em parceria com a Guarda Nacional Republicana.

Deixo ainda, uma breve nota sobre a última *newsletter* do Partido Socialista local, sobre uma questão levantada a propósito de um protocolo celebrado com a Freguesia de Touça para a requalificação do Forno da Telha. Não existe nenhuma irregularidade, muito menos ilegalidade, neste processo. O pedido de apoio foi formulado à Câmara, seguiu os trâmites normais e culminou na aprovação em Assembleia Municipal. A presidente da junta deu início aos trabalhos após o pedido formal; assim, sugerir num comunicado que uma obra de 11.272 euros foi executada "de um dia para o outro" de forma irregular gera uma suspeita gratuita que não credibiliza as instituições. Devemos todos zelar pela credibilidade das entidades públicas, independentemente de estarmos no governo ou na oposição.

Por último, passo em revista as obras em curso e a lançar:

· **Em curso:** Pista de autocross (melhoramentos para a prova do Campeonato Europeu em outubro), intervenções no Orgal, Castelo Melhor, Arnozelo/Numão, pavimentações no Pocinho e Cortes da Veiga, cobertura dos contentores da escola, melhoramentos na piscina e pavilhão desportivo, calcetamento em Numão, obras do "1.º Direito", Escola Secundária e Canil Municipal. Está também entregue a ampliação do 1.º ciclo para mais uma sala.



Concursos abertos/a lançar: Feira de Vale de Teja, Castelo de Numão, Castelo de Castelo Melhor, Igreja Matriz de Foz Côa, Torre do Relógio (cujo concurso terminou e tem propostas válidas), Cemitério das Seixas, novas piscinas de inverno, Casa do Moutinho, Museu da Casa Grande e arranjos no Estádio Municipal.

Penso ter feito um bom resumo do trabalho do último mês. Passo agora a palavra aos senhores vereadores.

Intervenção do Senhor Vereador do Partido Socialista (PS) Francisco Gouveia

Boa tarde, Senhor Presidente e Senhores Vereadores.

A minha intervenção antes da ordem do dia prende-se, desde logo, com o último ponto referido pelo senhor Presidente sobre as obras em curso. Aquilo que solicitamos é que seja fornecido aos vereadores da oposição um mapa detalhado das empreitadas em curso, contendo as respetivas taxas de execução. Temos acompanhado de perto a obra da escola, mas gostaríamos de ter uma análise mais ampla de todas as empreitadas programadas para 2026, incluindo o Canil Municipal.

Relativamente ao projeto "Multibanco Mais Perto" da Caixa Geral de Depósitos, a análise que fazemos é que não se trata de uma caixa ATM convencional a funcionar 24 horas, mas sim de um terminal de pagamento condicionado aos horários de abertura da junta e dependente de fundos de maneo próprios. Não constitui, por isso, uma solução viável e abrangente para a maioria dos municípios.

Considero fundamental a instalação de verdadeiras caixas ATM em pontos estratégicos, nomeadamente no Pocinho. É uma reivindicação muito antiga, numa zona de passagem com dinâmica comercial e ferroviária. A estação do Pocinho não tem bilheteira e a validação do "Passe Verde" exige redes ATM prévias, tal como já foi implementado em Barca d'Alva. Sugiro que o município explore essa via, eventualmente em parceria com a Infraestruturas de Portugal ou ANAFRE, garantindo o espaço físico e as ligações necessárias.

Sobre o apoio à associação *Côa Animal*, votámos favoravelmente na última reunião, reconhecendo o seu papel determinante enquanto não há uma solução definitiva para o Canil.

Relativamente ao *Côa Summer fest*, votámos igualmente a favor do financiamento. É um evento importante que tem crescido, mas o grande desafio para o futuro passa pela sua internacionalização, captando apoios do Estado através do programa *Portugal Events* (aberto para o período 2026-2028), à semelhança do que aconteceu com festivais em concelhos vizinhos como Mêda ou o concerto do *Sting* na Figueira da Foz, apoiados pelo Turismo do Centro. Se pretendermos atrair públicos internacionais, nomeadamente de Espanha, a autarquia deve sinalizar essa intenção já em setembro para integrar o orçamento de 2027.

Outra questão prende-se com a qualidade da água do subsistema de Ranhados, divulgada recentemente nas redes sociais da autarquia. Sendo um sistema que abastece vários



municípios, há preocupações legítimas quanto à diminuição da capacidade de caudal e a eventuais alterações na qualidade da água na origem (porventura devido a incêndios). Gostaríamos de saber qual é a avaliação do município e que alternativas estão planeadas para o futuro.

Por fim, no que respeita ao *Côa Summer fest*, percebendo que o evento conta com outras receitas e patrocínios (como marcas comerciais e apoios do IPDJ), solicitamos que nos seja facultado o relatório financeiro global do festival, para melhor enquadramento do valor atribuído pelo município.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Respondendo à primeira questão colocada, sobre o mapa da taxa de execução das obras, conversaremos com os serviços para perceber como o podemos fazer; será impraticável apresentar o mapa quinzenalmente, mas creio que talvez com uma periodicidade bimensal, véspera das reuniões de Câmara, para analisarmos o ponto de situação das empreitadas, seja possível.

Relativamente ao terminal da Caixa Geral de Depósitos, a situação não é exatamente como descreveu. A instalação de ATMs nas freguesias tem-se revelado muito difícil. Infelizmente, temos visto localidades a perder as suas caixas multibanco e, mesmo naquelas que as mantêm, recebemos queixas frequentes de que o dinheiro esgota rapidamente e a reposição é demorada, defraudando as expectativas da população.

Este novo terminal de pagamentos proposto pela Caixa Geral de Depósitos não é um ATM na sua plenitude, mas permite, por exemplo, efetuar levantamentos. Claro que existem questões associadas aos fundos de maneio das juntas de freguesia, à disponibilidade de pessoal e aos horários de atendimento. No entanto, cada presidente e respetivo executivo da junta de freguesia terá a oportunidade de avaliar essa viabilidade.

A posição da Câmara Municipal, como em muitos outros assuntos, deve ser a de um facilitador. Quando uma entidade pública como a Caixa Geral de Depósitos nos contacta para apresentar um projeto-piloto testado num concelho próximo e manifesta vontade de o dar a conhecer em Foz Côa, a autarquia vê-o com bons olhos e colabora. O processo desenrolar-se-á agora para verificarmos o seu alcance prático. Em suma, reforço que a instalação de ATMs tradicionais está longe de ser tão simples quanto possa parecer.

Intervenção do Senhor Vereador PS Francisco Gouveia

Eu não disse que era fácil, mas disse que é mais justificado no Pocinho pela localização e pela abrangência que tem, não só para a população local, mas pelo serviço que presta a toda a gente que passa, portanto, sendo uma zona de passagem, seja via ferroviária, rodoviária, é muito mais fácil essa justificação e essa necessidade.



Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

É uma situação que podemos explorar para perceber o seu enquadramento e viabilidade. Relativamente ao Côa *Summer Fest*, à sua internacionalização e à captação de fontes de financiamento, nós já submetemos candidaturas ao programa *Portugal de Eventos*. Fizemo-lo para o Festival do Vinho do Douro Superior e, julgo, só é possível apresentar uma candidatura por ano. Felizmente, este ano o Festival do Vinho foi contemplado com um apoio financeiro que, não sendo elevado, constitui uma ajuda importante, demonstrando que estamos atentos a todas as fontes de financiamento disponíveis.

Convém também sublinhar que o Côa *Summer Fest* já recebe apoios de entidades públicas, além de patrocínios privados, como puderam constatar com marcas como a Super Bock, a Cidade FM e outras. Tem igualmente um apoio financeiro do IPDJ que, embora possa parecer escasso, é relevante para o festival. Isto mostra que a JGF tem sido diligente e tem feito um excelente trabalho ao não ficar dependente exclusivamente do apoio da Câmara Municipal para a realização do evento.

Intervenção do Senhor Vereador PS Francisco Gouveia

Sendo o festival apoiado por várias entidades além do município, o valor da nossa participação é decidido com base no orçamento apresentado, que inclui essas receitas. Contudo, não dispomos dessa informação detalhada sobre o orçamento global. Considero importante que nos façam chegar um relatório com o valor total recebido, para percebermos se o montante do apoio municipal é razoável ou se pode ser ajustado. Temos de analisar toda a informação financeira associada ao evento.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Não vejo qualquer problema em facultar o que é solicitado.

Relativamente à qualidade da água e às necessidades sentidas, achámos por bem emitir aquele esclarecimento para tranquilizar a população. Comecei a receber vários pedidos de informação porque tinha surgido um comunicado da Câmara Municipal de São João da Pesqueira dois ou três dias antes. No fim de semana seguinte, essa informação começou a ser republicada, sugerindo que afetaria todos os concelhos abastecidos por Ranhados, pelo que considerei pertinente intervir.

O que aconteceu foi uma pequena desconformidade num dos valores, penso que aos *picos*. A Câmara de São João da Pesqueira solicitou um alargamento da margem regulatória para deixar de configurar uma não conformidade. Essa questão foi prontamente aceite pela ERSAR, pelo que não existe qualquer problema ou situação de desconformidade.

Quanto à gestão da água, é verdade que temos analisado o tema e procurado responder da forma mais assertiva. Quero discordar de uma afirmação anterior: obviamente que, se os nossos municípios ficarem sem água, a Câmara Municipal não se demite das suas



responsabilidades; estamos cá para defender os interesses dos fozcoenses. No entanto, a gestão em alta não é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim das Águas do Norte, que por sua vez compra a água à EPAL. A responsabilidade da Câmara cinge-se à gestão em baixa, após a água entrar nos nossos tanques e reservatórios para distribuição. Naturalmente, perante uma situação de rutura e escassez, os nossos municípios sofreriam as consequências e nós não podemos ficar indiferentes, mas a tutela da gestão em alta cabe a quem fornece a água, neste caso, as Águas do Norte.

No que se refere à apresentação do projeto Regadouro tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o novo presidente das Águas do Norte. Já tenho agendada uma reunião com ele para a primeira quinzena de setembro, onde irei expor a necessidade de alargar a capacidade de armazenamento de água na barragem de Ranhados. Quando tivemos o problema em 2022, muito se discutiu sobre isto, tendo sido avançadas soluções públicas como a alteração do nível de segurança (o nível morto ou o caudal ambiental). Se houver garantias absolutas de segurança para a água, tudo bem; caso contrário, não podemos concordar, e certamente as Águas do Norte também não o fariam.

Contudo, há outra opção que deve ser explorada: a ligação à barragem do Teixoso. Embora não tenha a mesma capacidade de Ranhados, essa ligação conjunta poderia dar um novo arcabouço à rede e conferir maior robustez ao serviço.

Em suma, estamos atentos a estes temas e continuamos a otimizar a gestão em baixa. Hoje dispomos de um serviço muito mais eficiente, com um combate mais ágil às fugas e perdas de água, algo que as populações já reconhecem. Relativamente a este ponto, não temos mais nada a acrescentar. Deve ter-se em conta, contudo, a necessidade de analisar a qualidade da água da barragem de Ranhados na próxima reunião, para perceber se estas desconformidades ou a origem da toxicidade podem estar ligadas à necessidade de reabilitar a área envolvente.

Antes de continuar, permitam-me fazer um ponto de situação: dispomos de 60 minutos para o período fora da ordem do dia e já ultrapassámos os 40 minutos. Faltam 20 minutos. Não tem de ser contado ao segundo e há sempre margem de tolerância, mas serve para enquadrar o vosso tempo. Somos cumpridores e manter-nos-emos dentro das regras.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Para terminar, apenas quero fazer referência a duas questões muito simples.

Uma delas tem a ver com o dia de amanhã. Vamos celebrar aqui no município e muito bem, o eclipse solar, associando-nos a este evento. Percebi que o município está a oferecer óculos, mas notei que tem havido algumas dificuldades em vários locais para a sua obtenção. Surgiu a dúvida: o município adquiriu-os de forma gratuita ou comprou-os? Não temos essa informação e gostaríamos que nos desse esse esclarecimento.



A outra questão prende-se com a dinâmica comercial, numa altura do ano em que esta deveria ser mais acentuada. O município tem feito o seu trabalho na promoção da atividade comercial no concelho através de vários eventos, nomeadamente no mercado municipal e, agora em breve, com iniciativas na Rua de São Miguel.

No entanto, aquilo que me tem chegado e que eu próprio observo é que, mesmo no mercado municipal, a dinâmica comercial ainda não está à altura das expectativas da população. Há algumas lojas fechadas, incluindo uma que irá encerrar em breve por motivos pessoais. Além disso, a zona de comércio a retalho que costumava funcionar no mercado semanal de quinta-feira não tem tido comerciantes disponíveis para realizar vendas. Não nos referimos aos agricultores, mas sim aos retalhistas de carne e peixe, que não têm procurado aquele espaço para desenvolver a sua atividade, apesar das medidas de promoção implementadas pelo município.

Sendo este um processo antigo em que o executivo tem tentado várias soluções, que até agora não revelaram a eficácia desejada, gostaria de saber se existe alguma nova ideia para promover a dinamização deste espaço no futuro.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Relativamente ao eclipse, é verdade: comprámos óculos para distribuição gratuita à população, pois entendemos que era essa a forma correta de proceder. Ontem, já foram distribuímos a maior parte no Posto de Turismo, tendo esgotado num espaço de tempo muito curto. A próxima remessa será distribuída no local e à hora que definimos: no Parque da Lameira. Parece-nos o melhor espaço para fazer essa observação, pelo que as pessoas se poderão deslocar lá para assistir ao fenómeno. Naturalmente, os óculos estão limitados à quantidade disponível, sendo entregue um par por pessoa até esgotarem.

Sobre a questão da dinâmica comercial e do comércio a retalho, é verdade que vamos assistindo a alguma rotação, com espaços que abrem e fecham. Temos procurado integrá-los nas nossas atividades como por exemplo, o *Côa Culto* que passou pelo mercado municipal. A propósito, faço um parêntese para referir que o *Côa Culto* está a chegar ao fim, sendo estas as últimas duas atividades da edição deste ano, pensadas precisamente para apoiar o comércio local e dinamizar a nossa economia.

Encontramo-nos numa altura de emigração e de forte presença de pessoas em Foz Côa, o que constitui uma oportunidade para ajudar a economia local e dinamizar estes espaços. O espírito do festival é precisamente esse: descentralizar, levando a cultura e a animação à Lameira, à Praça, ao mercado, ao parque e às freguesias.

Especificamente no que respeita à peixaria e ao talho, mantemos concursos públicos abertos para as pessoas se candidatarem, na sequência de manifestações de interesse informais que fomos recebendo. Muitas vezes, constatamos que essa abertura informal não se traduz depois numa proposta formal; contudo, tentamos dar resposta às solicitações da população e



lançámos os respetivos concursos. Desconheço se o relatório final já está concluído ou se surgiram propostas, mas esperemos que sim, pois este processo de dinamização do mercado e de toda a cidade é uma prioridade e continuamos a trabalhar ativamente nele.

Intervenção da Senhora Vereadora do PS, Vera Carvalho

Muito boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, enhora secretária e restantes munícipes presentes.

Relativamente ao Côa *Summer Fest*, associo-me às palavras do Sr. Vereador Francisco Gouveia. Tal como temos sublinhado nas últimas reuniões, manter um festival desta dimensão de forma gratuita é um processo muito exigente, que exige um apoio financeiro constante por parte do município, de patrocinadores e de outras entidades públicas, exercendo uma forte pressão sobre a sustentabilidade do evento a longo prazo.

Nesse sentido, o município e a associação terão de ponderar novas soluções e alternativas de financiamento, permitindo alcançar novos públicos, potenciar a internacionalização e elevar ainda mais a oferta cultural do evento.

No que diz respeito ao Côa *Summer Fest*, gostaria de retomar dois pontos: Plano de Segurança: Na penúltima reunião foi-nos indicado que estaria em consulta pública. Gostaria de saber se já é possível termos acesso ao documento e Obras na Área Envolvente: Qual é o ponto de situação atual destas obras e qual é a previsão para a sua conclusão? Recordo que, durante a última edição, os constrangimentos condicionaram fortemente o acesso ao Museu do Côa. Para o futuro, será imperativo redefinir o estacionamento dos campistas, equacionando inclusive a restrição de acessos a partir daquele parque para garantir a livre circulação de autocarros rumo ao Museu.

Por fim, gostaria de levantar uma questão relacionada com o apoio às associações. Habitualmente, quando os pedidos de apoio financeiro são submetidos, vêm acompanhados de um plano de atividades, mas muitas vezes falta o respetivo orçamento previsional detalhado com os custos previstos para o ano ou para cada iniciativa. Este é um cenário que se repete e que também se aplica ao Côa *Summer Fest*, onde sentimos falta de uma maior transparência orçamental sobre os custos reais envolvidos na execução das atividades.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Relativamente ao apoio do Côa *Summer Fest*, a Câmara Municipal está muito confortável com o financiamento atribuído ao festival, compreendendo perfeitamente a sua dimensão, o esforço de todas as entidades, dos patrocinadores e, em particular, da Associação. Quero afirmar publicamente que me sinto totalmente confortável com o valor deste apoio, tal como me sinto em relação aos apoios concedidos ao movimento associativo em geral.

Esta postura reflete a nossa perspetiva sobre a importância do associativismo. Muitas vezes, dá a sensação de que a Câmara Municipal está a fazer um favor, a dar uma esmola ou a



prestar um favorzinho. Pelo contrário, nós vemos nas associações um parceiro fundamental na dinamização do nosso concelho. Ainda hoje recebi um dirigente associativo que me colocou várias questões sobre a sua atividade, e tivemos oportunidade de constatar exatamente isso: pequenas freguesias que, através de duas ou três associações, conseguem gerar uma dinâmica fantástica e prestar um apoio inestimável à comunidade local, seja na vertente desportiva, cultural ou recreativa. O associativismo é algo que vamos sempre preservar, melhorar e apoiar, estando sempre ao lado das coletividades sempre com regras, naturalmente, defendendo escrupulosamente o interesse público, mas numa perspetiva estritamente construtiva e de proximidade.

Relativamente à questão levantada sobre a necessidade de outra oferta cultural no festival, não podia estar mais em desacordo.

Intervenção da Senhora Vereadora do PS, Vera Carvalho

Quando disse oferta cultural, estávamos a referir-nos relativamente aos artistas.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Não vamos entrar em diálogo a responder de imediato às minhas intervenções, porque se torna difícil a perceção do que é dito. Ora, relativamente aos artistas, não podia estar mais em desacordo. O Côa *Summer Fest* tem um nicho muito próprio; é um festival de juventude, que foi idealizado para esse público e é esse o caminho que deve continuar a ser seguido.

No que diz respeito ao plano de segurança e à suposta "consulta pública", confesso que isso me faz alguma confusão. O plano de segurança foi efetuado e rigorosamente aplicado. Não estive presente na última reunião antes do festival, mas os planos de segurança não vão a consulta pública, deve haver aqui algum mal-entendido. De qualquer forma, passarei depois a palavra à vereadora Patrícia Carvalho, que poderá dar mais esclarecimentos sobre este ponto.

Relativamente às obras e à limitação na deslocação das pessoas para o Museu, convém esclarecer: as obras não limitaram o acesso ao Museu. O que limitou o acesso foi uma decisão minha; fechar o trânsito durante os dias do festival, por uma questão estrita de segurança, tanto para o público como para a organização. Graças a isso, conseguimos obter ganhos consideráveis na gestão de entradas e saídas, nas revistas e na segurança global de quem lá está. Estamos a falar de um público muito jovem, na faixa dos 18, 19, 20 anos, e até menores, e a confiança que temos de transmitir aos pais que deixam os filhos vir a este festival é um valor de que não podemos abdicar. Tudo o que fizemos para garantir essa segurança e esse conforto, continuaremos a fazê-lo.

Em conjunto com a Associação, decidimos fechar o trânsito, colocámos as placas de desvio e dialogámos com o Museu, percebendo a limitação imposta aos autocarros devido ao desvio. Tentámos gerir a situação da melhor forma possível e, da parte da Fundação/Museu, não



tivemos qualquer feedback negativo de que as coisas tenham corrido mal. Sendo a primeira vez que o fizemos, estamos inteiramente disponíveis para articular melhor esta solução no futuro. No entanto, para o festival, o encerramento daquele trajeto ao trânsito foi um claro ganho de causa, sobre o qual não tenho quaisquer dúvidas.

Por fim, relativamente ao último ponto abordado, sobre a obrigatoriedade de relatórios de atividades: nós aprovamos o valor dos apoios, mas o pagamento só é efetuado mediante a apresentação do respetivo relatório de atividades, devidamente validado pelos serviços municipais. Este relatório faz parte do conjunto de documentos obrigatórios, a par das certidões de não dívida e dos demais documentos exigidos. Só após a validação por parte dos serviços é que é feito o pagamento.

Intervenção da Senhora Vereadora do PS, Vera Carvalho

Gostaria apenas de acrescentar alguns esclarecimentos. Durante a minha intervenção, nunca desvalorizei o papel das associações locais no dinamismo quer das freguesias, quer da cidade e de todo o concelho. O que manifesto é, muitas vezes, uma preocupação genuína relativamente à sustentabilidade dessas mesmas associações.

Relativamente às obras, convém referir que o trânsito foi desviado enquanto ainda decorriam intervenções na área envolvente, pois havia maquinaria pesada a operar no local, algo que posso afirmar com certeza, uma vez que passo por lá diariamente e várias vezes ao dia.

No que diz respeito à oferta cultural, julgo que fui interpretada de forma ligeiramente incorreta. Quando falo em diversificar a oferta cultural, refiro-me à possibilidade de convidar outros artistas musicais, e não a alterar o padrão ou o perfil que define este festival. O meu ponto é que, se pretendemos atrair novos públicos, alcançar mercados internacionais e projetar o evento noutros países, teremos de diversificar a cartaz artístico, mantendo, contudo, a matriz do festival. Em nenhum momento sugeri substituir o modelo atual por um modelo novo.

Por fim, no tocante ao plano de segurança, gostaria de sugerir que pudessem rever a gravação ou a ata da última reunião. Foi-nos expressamente comunicado que o plano de segurança estava a ser desenvolvido e que poderíamos consultá-lo, até porque, na altura, apontámos uma série de constrangimentos específicos em redor da área do pavilhão gimnodesportivo. Foi exatamente essa a informação que nos foi transmitida.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Reafirmo aquilo que disse: a questão que condicionou o trânsito foi a decisão de fechar o trânsito durante o festival. Claro que houve um período do dia em que houve a colocação de algum betuminoso. Obviamente, se a empresa que está a fazer a obra está a colocar um betuminoso no meio da estrada, o processo irá causar constrangimentos no trânsito. Não há obra sem estorvo e as obras têm que ser feitas e foi isso que aconteceu. Passo a palavra à Senhora Vereadora Patrícia Carvalho.



Intervenção da Senhora Vereadora do Partido Social Democrata (PSD), Patricia Carvalho

Muito obrigada, Senhor Presidente. Muito boa tarde a todos, Senhores Vereadores, público, secretários e funcionários.

Senhora Vereadora, permita-me dizer-lhe que esperava uma intervenção ligeiramente diferente, nomeadamente que felicitasse o Executivo por ter conseguido consolidar, em segurança e no espaço de apenas 10 dias úteis, as obras que se encontravam efetivamente em curso.

Relativamente à minha intervenção anterior sobre o plano de emergência, importa recordar que um plano desta natureza pressupõe a articulação de todos os intervenientes e agentes de proteção civil envolvidos, incluindo a GNR, os Bombeiros, a organização do evento, o Serviço Municipal de Proteção Civil e a empresa de segurança contratada. Deste trabalho conjunto resulta um plano de intervenção que mereceu parecer favorável do Coordenador Municipal de Proteção Civil.

Reafirmo aquilo que já tive oportunidade de afirmar: este plano não sofre qualquer tipo de interferência política, nem da minha parte nem da parte do Senhor Presidente da Câmara, enquanto Autoridade Municipal de Proteção Civil. O documento é analisado e validado pelas entidades competentes, de acordo com os respetivos procedimentos e responsabilidades.

O que referi, e que poderá ser facilmente confirmado através da gravação da reunião, foi que as plantas de emergência se encontram afixadas no local, integrando o próprio plano de emergência. As saídas de evacuação, os meios disponíveis, os dispositivos de segurança e as medidas de proteção encontram-se devidamente definidos e salvaguardados, garantindo as condições necessárias para a realização do evento em segurança.

Permita-me ainda acrescentar que, em termos de balanço, o festival decorreu sem qualquer ocorrência relevante, o que demonstra a eficácia do planeamento realizado.

Muito obrigada.

Intervenção da Senhora Vereadora do PS, Vera Carvalho

Em primeiro lugar, congratulei o facto de o evento ser de grande dimensão. Pelo que estou a ouvir da sua intervenção, elaboraram um plano de segurança, intervenção e proteção civil em apenas dez dias. Ora, sendo este um evento anual e indo já na sua décima edição, como foi referido, o plano de segurança deveria ser antecipadamente reajustado de acordo com as condições atuais do momento. Portanto, não faria sentido estarmos a parabenizar o Executivo por ter feito um plano de segurança em cima da hora, quando se trata de uma iniciativa recorrente que já conta com dez edições.



Intervenção da Senhora Vereadora do PSD, Patricia Carvalho

Vamos já na décima terceira edição, Senhora Vereadora permitam-me a correção. Quanto ao reconhecimento a que me referi, ele não se relaciona diretamente com o Executivo, mas antes com o impacto que este evento tem no concelho e no território. Efetivamente, o festival decorreu sem qualquer incidente ou constrangimento relevante em matéria de segurança. Independentemente de se realizar anualmente, de quinze em quinze dias ou semanalmente, um evento desta dimensão exige sempre um trabalho de atualização, adaptação e afinação das medidas de segurança às circunstâncias concretas de cada edição. Importa ainda esclarecer que os planos de segurança e emergência têm uma natureza eminentemente operacional, sendo elaborados em função das características específicas de cada evento. Não são documentos vinculativos de uma edição para a outra, precisamente porque as condições, os meios envolvidos, os espaços utilizados e os riscos identificados podem variar, exigindo a respetiva atualização e validação pelas entidades competentes.

Quando mencionei os parabéns, referia-me à resposta dada à preocupação legítima que a Senhora Vereadora manifestou na última reunião. Na altura, assegurei que seria possível garantir, no prazo de dez dias, as condições físicas necessárias para que o festival decorresse com os níveis de segurança adequados.

Limito-me, por isso, a registar que esse objetivo foi alcançado. Foram efetivamente criadas as condições necessárias para salvaguardar a integridade física de todos os que participaram e se deslocaram ao festival, permitindo que o evento decorresse com normalidade e em segurança.

Intervenção da Senhora Vereadora do PS, Vera Carvalho

Claro que sim. Acrescento também que aquela empresa já se encontra a realizar obras naquela área há vários meses, tendo aproveitado os dias mais próximos do Côa *Summer Fest* para colocar o betuminoso. No entanto, coloca-se a questão: há quanto tempo estão a ser realizadas intervenções naquela zona?

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Peço desculpa, vou intervir para encerrar o assunto. Peço à Senhora Vereadora que, sempre que quiser intervir, peça autorização ao Presidente da Câmara que preside e dirige a reunião.

Quero dizer que há aqui alguma confusão, peço desculpa, mas entre aquilo que foi a realização do festival, os constrangimentos no trânsito e o atraso das obras, que todos nós conhecemos, correu tudo bem. Permita-me acrescentar um ponto que não referi há pouco: neste momento, a nossa previsão é que as obras fiquem concluídas no final de outubro. Uma coisa são os constrangimentos ao trânsito pontuais que decorreram da realização do festival; outra coisa são os constrangimentos que se arrastam porque a obra se prolonga. Já o disse várias vezes e volto a repetir: não há ninguém mais interessado em que as obras decorram



com a maior celeridade possível e dentro dos prazos. Esse é o nosso trabalho e fazemo-lo por interesse da comunidade.

O pequeno constrangimento registado com a colocação do betuminoso não me parece ter sido significativo para o Museu do Côa. Tínhamos de pavimentar aquele rasgo que estava no meio da estrada e foi isso que se fez, foi feito no dia em que a empresa conseguiu realizá-lo. Não me parece que daí advenha uma grande questão.

Volto a referir: em relação ao trânsito, claro que como a Senhora Vereadora disse e bem, passando por lá diariamente para ir trabalhar, não é agradável circular num local em obras. Passa a Senhora Vereadora, passam os funcionários do museu e passam os turistas. E repito: obviamente que eu próprio gostava que os trabalhos avançassem muito mais rápido, estou desejoso que a obra termine, que o processo fique concluído e que todo aquele espaço disponha de melhores condições de circulação. É precisamente nisso que estamos a trabalhar.

Com isto, dou por encerrado o período antes da ordem do dia.

Intervenção da Senhora Vereadora do PS, Vera Carvalho

Tenho aqui mais alguns assuntos a colocar. Relativamente ao eclipse solar: na divulgação feita na página oficial do município consta "eclipse solar total", quando deveria constar "eclipse solar parcial", uma vez que a percentagem de ocultação é de 98% e não de 100%. Portanto, a informação divulgada não corresponde à realidade científica do fenómeno.

Neste âmbito, gostaria de solicitar informações sobre a forma como decorrerá o evento de observação, nomeadamente no que respeita à organização, às medidas de segurança previstas, às condições de acesso e às orientações que serão prestadas aos participantes.

Para concluir, gostaria de voltar brevemente à questão do acesso ao Museu do Côa, pois julgo que o assunto não ficou totalmente esclarecido. Convém sublinhar que a reclamação sobre os constrangimentos no acesso não parte de mim, não se trata de uma queixa pessoal relacionada com a minha deslocação para o posto de trabalho, mas sim dos testemunhos diretos dos nossos visitantes e turistas.

Seria isto, muito obrigado.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Sobre esta última questão, direi o seguinte: compreendo perfeitamente que as pessoas comentem o assunto, mas não há obra sem estorvo, e o nosso objetivo é sempre que os trabalhos decorram com a maior celeridade possível.

Relativamente ao eclipse solar parcial ou, para sermos rigorosos, praticamente total, não me parece que isso constitua um problema de maior. Como irá decorrer o evento? Vamos organizá-lo no Parque da Lameira, num espaço que prevemos estar devidamente preparado,



com mobiliário urbano para o conforto das pessoas, música ambiente com um DJ e o apoio de um produtor local, uma quinta do nosso concelho, que se disponibilizou para patrocinar vinho para os presentes. Além disso, faremos a distribuição de óculos de proteção. A principal medida de segurança que vamos recomendar é exatamente aquela que é veiculada pela comunicação social: ninguém deve olhar para o eclipse sem os óculos adequados. Caso o número de participantes supere a quantidade de óculos disponíveis pela Câmara Municipal, apelamos a que cada um acautele a sua própria saúde, abstendo-se de olhar diretamente para o sol.

O último ponto que quero focar antes da ordem do dia prende-se com os concursos públicos para recrutamento de recursos humanos que temos em aberto. Como é sabido, temos vários procedimentos concursais a decorrer. Tal como já referi na Assembleia Municipal, não nos falta coragem para proceder à renovação do quadro de pessoal que a autarquia tanto precisa, e mantenho inteiramente essa posição.

A quantidade de pessoas que se dirigem ao Presidente da Câmara para interceder por um filho, por um primo, por um amigo, por um familiar ou por si próprias é enorme. Compreendo que assim seja e não levo a mal que o façam; contudo, é preciso que fique claro, de uma vez por todas: o Presidente da Câmara não faz parte do júri, não conduz entrevistas e não tem acesso às provas, nem antes nem depois de realizadas. As avaliações, quer para assistentes técnicos, quer para técnicos superiores, estão a cargo de entidades externas à autarquia, e ninguém na Câmara Municipal tem acesso aos testes.

Quero aproveitar esta reunião pública para o afirmar com toda a clareza: para os quadros da Câmara Municipal entrarão os candidatos melhor classificados, com base nos resultados obtidos nas provas. Não entram as pessoas que nos apoiaram em campanha, nem as que estiveram contra nós; não entram os nossos amigos, nem os nossos inimigos. E, por vezes, infelizmente, até poderão não ser naturais de Foz Côa, uma vez que a lei da contratação pública assim não o prevê, por muito injusto que isso nos possa parecer a nível local, temos de cumprir rigorosamente a lei.

Pessoalmente, tenho muitas pessoas conhecidas e amigas a concorrer. Num meio tão pequeno como o nosso, e com um número tão elevado de vagas a concurso, era inevitável que assim fosse. No entanto, repito o que disse no início: para concretizar a renovação do quadro de pessoal num concelho com a nossa dimensão, é preciso coragem, e a mim não me falta essa coragem.

Desejo a todos a maior sorte, sabendo que a sorte é normalmente o resultado de muito trabalho. Aquilo que espero dos candidatos é que se esforcem e trabalhem para alcançar a melhor classificação, superando os restantes oponentes. Só assim entrarão na Câmara Municipal. Nem o Presidente da Câmara, nem nenhum dos vereadores tem qualquer interferência ou capacidade de influenciar os resultados destes concursos.



Deste modo, dou por concluído o período antes da ordem do dia.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Posso usar da palavra? Apenas uma breve questão. Relativamente a este ponto dos recursos humanos, que o Senhor Presidente trouxe ao período antes da ordem do dia para destacar a coragem na renovação dos quadros: convém recordar que o número de vagas a recrutamento já estava previsto no orçamento, o qual mereceu a nossa validação e o nosso total apoio, pois compreendemos perfeitamente essa necessidade.

Quanto à questão da transparência, julgo que os processos sempre se conduziram dessa forma, não havendo aqui qualquer novidade. Sendo assim, confesso que não compreendi a necessidade de enfatizar tanto esse aspeto, uma vez que a lisura e a transparência no recrutamento têm sido a norma, a meu ver.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Concordo plenamente; contudo, a importância de reforçar esta questão prende-se com a dimensão do processo: o número de vagas é limitado, o volume de procedimentos é grande e o número de candidatos a concorrer é muitíssimo expressivo. No fundo, trata-se de lançar um apelo direto a todos os concorrentes para que se esforcem e trabalhem, desfazendo de vez os boatos que circulam de que os resultados já estariam decididos à partida para a pessoa A, B ou C. Os concursos serão estritamente para quem estiver melhor preparado e obtiver a melhor classificação.

B) Ordem do dia		
Processo 4793/2026. A Irmandade Nossa Senhora Viso solicita apoio financeiro para a realização das Festas em Honra de Nossa Senhora do Viso, a decorrer entre os dias 7 a 10 de agosto de 2026.		
Favorável	Tipo de votação: Ordinária	Tipo de maioria: Unanimidade
	A favor: 5, Contra: 0, Abstenções: 0, Ausentes: 0	

Factos e fundamentos legais:

A Irmandade de Nossa Senhora do Viso solicita a atribuição de um apoio financeiro destinado à realização das Festas em Honra de Nossa Senhora do Viso, que terão lugar entre os dias 7 e 10 de agosto de 2026.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3415 de 3 de agosto de 2026.

Resolução:



A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, conceder o apoio financeiro de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), ao abrigo das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual, e depois de se verificar a sua regularidade financeira e a realização do evento.

Processo 4354/2026. A Associação de Festas Os Mosenses solicita apoio financeiro para a realização da Festa em Honra da Nossa Senhora da Soledade, a realizar na localidade das Mós, entre os dias 18 e 20 de setembro de 2026.

Favorável	Tipo de votação: Ordinária	Tipo de maioria: Unanimidade
	A favor: 5, Contra: 0, Abstenções: 0, Ausentes: 0	

Factos e fundamentos legais:

A Associação de Festas Os Mosenses solicita apoio financeiro para a realização da Festa em Honra da Nossa Senhora da Soledade, a realizar na localidade das Mós, entre os dias 18 e 20 de setembro de 2026.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3438 de 6 de agosto de 2026.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, conceder o apoio financeiro de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), ao abrigo das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual, e depois de se verificar a sua regularidade financeira e a realização do evento.

Processo 755/2026. Pedido de Apoio Financeiro da Delegação do Côa da Cruz Vermelha Portuguesa, referente ao projeto "Saúde sobre Rodas", mês de julho 2026.

Favorável	Tipo de votação: Ordinária	Tipo de maioria: Unanimidade
	A favor: 5, Contra: 0, Abstenções: 0, Ausentes: 0	

Factos e fundamentos legais:

A Delegação do Côa da Cruz Vermelha Portuguesa solicita apoio financeiro no montante de 2.892,50€ (dois mil, oitocentos e noventa e dois euros e cinquenta cêntimos), referente ao projeto de unidade móvel "Saúde sobre Rodas" do mês de julho 2026.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3463 de 6 de agosto de 2026.



Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, conceder o apoio financeiro de 2.892,50€ (dois mil, oitocentos e noventa e dois euros e cinquenta cêntimos), relativo ao mês de julho, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual, e depois de se verificar a sua regularidade financeira.

Processo 4627/2026 - Pedido de emissão de parecer sobre constituição de compropriedade do prédio rústico com o artigo n.º 495, localizado em “Lugar do Chão dos Perus”, na freguesia de Muxagata, concelho de Vila Nova de Foz Côa, pertencente a Artur Bruno Vicente – Cabeça de Casal de Herança de – parecer relativo à constituição de compropriedade ou aumento de compartes		
Favorável	Tipo de votação: Ordinária	Tipo de maioria: Unanimidade
	A favor: 5, Contra: 0, Abstenções: 0, Ausentes: 0	

Factos e fundamentos legais:

Vêm os requerentes do processo, na qualidade de proprietários do prédio rústico inscrito na matriz rústica da freguesia de Muxagata, com o artigo n.º 495, localizado em Lugar do Chão do Perus, freguesia de Muxagata, e concelho de Vila Nova de Foz Côa, requerer ao abrigo do artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, a emissão de parecer favorável da Câmara Municipal do local da situação dos prédios, através de certidão. Face ao solicitado, emite-se parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico em causa, desde que o ato ou negócio não resulte parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, conforme o disposto no ponto 2, do artigo 54.º, do citado diploma.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3331 de 28 de julho de 2026.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, emitir o parecer sobre constituição de compropriedade do prédio rústico ou aumento de compartes, inscrito na matriz rústica da freguesia de Muxagata, com o artigo n.º 495, localizado em Lugar do Chão do Perus, freguesia de Muxagata, e concelho de Vila Nova de Foz Côa, pertencente a Artur Bruno Vicente – Cabeça de Casal de Herança de, desde que o ato ou negócio não resulte parcelamento em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, conforme o disposto no ponto 2, do artigo 54.º, do citado diploma.



Processo 6708/2025. Pedido de desvinculação de pedreira "Quinta das Casas" - St.ª Comba		
Favorável	Tipo de votação: Ordinária	Tipo de maioria: Unanimidade
	A favor: 5, Contra: 0, Abstenções: 0, Ausentes: 0	

Factos e fundamentos legais:

Cassiano Manuel Soares Consciência, titular da licença de exploração da pedreira denominada “Quinta das Casas”, Santa Comba, V. N. de Foz Côa, vem requerer a desvinculação da pedreira por ter cessado definitivamente a atividade de extração, tendo procedido à execução do Plano de recultivação e recuperação paisagística (PARP).

Foi realizado a Vistoria no passado dia 31 de março, com a finalidade de atestar as condições do pedido. A vistoria contou com presença de técnicos do Município de V. N. de Foz Côa, da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte (CCDR-N).

Foi lavrado o respetivo Auto, assinado por todas as entidades presentes, onde foi formalmente atestado e validado o cumprimento integral do PARP, deliberando-se que a pedreira se encontra em condições de desvinculação e encerramento.

Mais se informa que a caução destinada a garantir o PARP reveste a forma de Garantia Bancária (Garantia n.º 2145/2006/0124), emitida pelo Banco (Caixa de Crédito Agrícola), tendo como entidade beneficiária a CCDR-N.

Após emissão Despacho de Desvinculação do Explorador e correspondente Certidão de encerramento do processo, deverá ser enviada uma notificação oficial à CCDR-n, acompanhada da respetiva Certidão para que aquela entidade possa proceder à extinção e libertação da Garantia Bancária junto da instituição financeira.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3332 de 28 de julho de 2026.

Resolução:

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Passamos à análise do Processo 6708/2025, relativo ao pedido de desvinculação da pedreira da Quinta das Casas, em Santa Comba.

Tal como consta na informação técnica este pedido foi devidamente analisado e acompanhado por um técnico municipal e por um técnico da CCDR-Norte, para a cessação da atividade desta indústria extrativa. Sendo este um processo coordenado pela CCDR-Norte, cabe ao Município emitir a respetiva autorização. A nossa principal preocupação prende-se



com a vertente ambiental e com a forma como será efetuada a renaturalização daquele espaço. A própria garantia bancária neste caso, a garantia n.º 21452006, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola são geridos e acompanhados diretamente pela CCDR-Norte, sendo esta a entidade beneficiária. Tendo em conta o parecer técnico favorável, trago o processo à Câmara Municipal para aprovação.

Têm alguma questão?

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Relativamente a este processo, aproveito para solicitar uma informação adicional: qual é o valor que está associado à garantia bancária, uma vez que não consegui identificar esse montante nos documentos?

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Essa matéria não compete ao Município, mas sim à CCDR-N, eles apenas nos informam que existe um valor, sendo que o processo é gerido por eles. Para ser mais preciso: a vistoria contou com a presença de técnicos do Município de Foz Côa, da DGEG que é a entidade licenciadora da pedreira e também da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte).

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Relativamente a este assunto, a desvinculação da pedreira obriga ao cumprimento de normas ambientais, há um regulamento próprio para estas situações que é o Decreto-Lei n.º 270/2001, que obriga a que exista esse Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística. Há, por isso, um compromisso legal entre o titular da licença de exploração e as entidades licenciadoras, se ele pretende desvincular a atividade, terá que cumprir todas as exigências relativas à recuperação paisagística.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

A entidade licenciadora não somos nós, quem faz esse acompanhamento e essa vistoria é a DGEG. Claro que o município também acompanha como entidade interessada, não como entidade fiscalizadora, mas podemos despoletar situações de incumprimento.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Aqui a questão é, acho que devíamos saber o valor da caução, de forma a percebermos se esse valor é suficiente, caso haja incumprimento e que tenha de se acionar essa caução, para nós percebermos a dimensão e o custo dessa reposição.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Não sei se legalmente o podemos fazer, nós temos que acreditar nas instituições, se a DGEG foi a entidade licenciadora, será também ela a entidade mais capaz de avaliar se o valor da caução é ou não suficiente. Aquilo que eu posso comprometer-me enquanto Presidente é que



o Município acompanhará este processo com atenção e que seremos diligentes e proativos se alguma coisa não estiver dentro daquilo que é as obrigações que a empresa tem no Plano de Ação de Recuperação.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Mas já agora, a questão é, dentro daquilo que são as previsões da recuperação, em concreto o que é que vão fazer além da reposição da paisagem, replantação...?

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

A renaturalização e a recuperação da paisagem, não sei ao pormenor, é consultar o plano. Esse plano foi aprovado pelas entidades licenciadoras, que neste caso é a DGEG, e aquilo que nós vamos fazer é acompanhar o processo e perceber se estão a cumprir com aquilo que está previsto.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Sim, porque nós estamos aqui a aprovar, de facto, uma desvinculação, sabemos que deverá estar de acordo com a própria lei, mas não temos aqui informação sobre o que temos que fazer.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Este é o início do processo. Agora o processo vai-se desenrolar e nós temos que estar atentos ao mesmo.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Relativamente a este assunto, acho que deveríamos solicitar, e eu solicito aqui já ao Executivo, informação sobre a garantia bancária, acho que é importante para nós sabermos se essa garantia é suficiente para a necessidade que vai ser essa intervenção de reposição. Se é possível um reforço da garantia nesta fase ainda do processo, se acharmos que está em causa o interesse municipal, que somos nós os primeiros a defender, devemos saber se esses valores são o suficiente para concluir com eficácia esse processo de recuperação paisagística.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Como já disse, não sei se temos legitimidade legal para fazer esse pedido. Posso perceber e falar com as entidades e ver se isso é possível ou não.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Agradeço que façam essa diligência.

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar a desvinculação do explorador e da pedreira por ter cessado definitivamente a atividade de extração e emitir a correspondente certidão de encerramento, conforme proposta de resolução PR/2026/3332 de 28 de julho de



Processo 4873/2026 - Minuta Contrato de Comodato entre a EDP, S.A. e o Município de Vila Nova de Foz Côa

Favorável	Tipo de votação: Ordinária	Tipo de maioria: Simples
	A favor: 3, Contra: 0, Abstenções: 2, Ausentes: 0	

Factos e fundamentos legais:

Minuta Contrato de Comodato entre a EDP, S.A. e o Município de Vila Nova de Foz Côa

Considerando que:

1. A EDP é proprietária e legítima possuidora do prédio rústico situado junto ao aproveitamento Hidroelétrico do Pocinho, descrito na Conservatória do Registo Predial com a ficha n.º 711 da freguesia de Vila Nova de Foz Coa, inscrito na matriz predial rústica sob o art.º 22º da dita freguesia;
2. Na mesma freguesia e concelho situa-se o prédio rústico sob gestão da empresa do Grupo EDP com a firma EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A. (“EDPP”), com sede na Avenida 24 de Julho, nº 12, 1249-300 Lisboa, NIPC 503 293 695, cuja localização consta da planta em anexo (Anexo 1 da minuta do contrato de comodato);
3. O Município remeteu à EDP um pedido para utilização de uma parcela do prédio referido em “1”, art.º 22º da freguesia de Vila Nova de Foz Coa, com a área aproximada de 2 969m2, melhor identificado na planta no Anexo 1, para desenvolvimento de atividade de lazer e diversão, instalando na parcela um food truck, cuja imagem proposta se encontra em anexo (Anexo 2), projeto inserido numa estratégia de valorização e dinamização da zona do Pocinho, em zona próxima do Centro de Alto Rendimento, constituindo um ponto de apoio e atração para atletas e turistas, comprometendo-se o Município a proceder à conservação e manutenção da referida parcela e seus acessos, e bem assim, à gestão das faixas de combustíveis identificadas na planta (Anexo 1), dos prédios referidos em “1” e “2” supra, durante o período de vigência do comodato;
4. O pedido do Município mereceu a aprovação da EDP, tendo as Partes acordado prosseguir a utilização dos prédios da EDP, em regime de comodato, pelo prazo de 10 anos, renovável por períodos sucessivos de um ano.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3447 de 5 de Agosto de 2026.

ATA CÂMARA MUNICIPAL
Número: 2026-0018 Data: 14/08/2026

Código Validação: 5YHHEME73JST9JMRNXXR3479Z
Verificação: <https://fozcoa.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 23 / 33



Resolução:

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Isto é um contrato de comodato que nos vai possibilitar ter uma intervenção diferente na zona do Pocinho. Como vocês sabem, nós também já o dissemos, o Pocinho é uma área que estamos apostados em ajudar economicamente. É uma área difícil, com muitas responsabilidades repartidas, a questão da barragem, a questão do alto douro vinhateiro. Todos esses processos têm sido difíceis, mas nós temos tido aqui alguma manifestação de interesse de pequenos agentes económicos que se querem instalar ali. Então, decidimos fazer este contrato com a EDP para podermos usar aquele espaço e depois disponibilizá-lo à população para termos ali mais alguma oferta, a pensar sempre nas pessoas que usam o Pocinho como porta de entrada no nosso Concelho.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Muito obrigado, Sr. Presidente. Então, relativamente a este processo, agora sim o 4863, e a minuta de contrato de comodato entre a EDP e o município de Vila Nova Foz Coa e em primeiro lugar, isto até vem de acordo com aquela primeira intervenção que eu falei relativamente à necessidade de implementação do ATM no Pocinho. De facto, tem tido muita procura de muitos agentes económicos em querer se estabelecer ali e, portanto, esta é mais uma ideia a reforçar sobre a tese de que se deve, com alguma urgência, implementar o processo para chegar a bom porto, a implementação dessa ATM. Relativamente ao contrato de comodato em si, há aqui só algumas questões que eu queria colocar sobre o objeto do contrato. Portanto, o contrato é um contrato de comodato por um prazo determinado, portanto, é um prazo determinado de dez anos. No final de dez anos, o espaço é devolvido ao titular. O município obriga-se aqui a fazer algumas intervenções e, bem, portanto, também poderá, durante aquele espaço, gerar receitas sobre a exploração do espaço e, portanto, pese embora o tempo do contrato não ser muito longo, acho que poderia ter sido negociado por um prazo maior, é o prazo que o município tem para apresentar e a EDP aceitou. Isso ficará para depois, até porque pode haver o caso de necessidade de um espaço maior no futuro e, portanto, pode haver necessidade de se fazer um novo contrato para aquele espaço. Umas questões de pormenor do contrato têm a ver com o tipo de contrato. Então, eu percebi que está aqui no contrato a intenção de colocar um espaço comercial, que está definido no contrato, julgo que na cláusula um, não sei se têm o contrato à mão, se querem consultar.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Temos a minuta do contrato, que é o que vamos aprovar.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Na cláusula treze, que você pode ver, eu julgo que está repetida. Portanto, tive a observar as clausulas e da clausula treze passa para a catorze e a última cláusula é outra vez a treze.



Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Há aqui uma pequena gralha, os anexos não são cláusulas. É para retirar a menção à cláusula treze no fim.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Sim, está na numeração, portanto há uma ordenação de obrigações, portanto, isto não é uma obrigação, não é uma cláusula, deve ser retirado a cláusula treze.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Não me parece que este erro seja um erro suficiente para retirarmos esta proposta.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Eu não estou a falar em retirar a proposta, estou a falar em corrigir isso e mantermos a proposta.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Sim, iremos corrigir.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Exatamente. Na cláusula um, no objeto do contrato, eu tenho ideia de estar aqui a analisar e, portanto, em algum ponto diz que é para a implementação de um food truck, não é isso?

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Sim.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

A minha questão aqui é, quando falam na implementação de um food truck, se estamos a referir à quantidade de atividades que podem ser desenvolvidas. Pode haver só um operador ou pode haver mais que um operador dentro do género?

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Pode haver mais do que um operador. Nós tivemos a manifestação de um operador. O espaço é suficientemente grande, mas nós temos que gerir como é que vamos fazer este processo. O espaço é suficientemente grande para termos os operadores que forem possíveis dentro do mesmo.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Sim, mas a forma como ele é apresentado sendo só um operador pode estar a limitar. Portanto, o contrato que a EDP faz com a Câmara permite a utilização de um food truck. Imagina que a Câmara, depois, tem procura para dois ou três, a EDP, a qualquer momento, pode verificar as condições contratuais, se estão a ser cumpridas ou não. Se vier mais que um, pode dizer que não está a ser cumprida essa cláusula, pelo facto de haver mais que um.



Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Passo a palavra à Senhora Vereadora Ana Filipe, que acompanha este processo.

Intervenção da Senhora Vice-Presidente, Ana Filipe

Boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhores Vereadores. Relativamente a este contrato, trata-se de uma negociação que já está a ser desenvolvida há algum tempo com a EDP. Claro que os 10 anos foram uma imposição da EDP, eles não fazem por período superior, podendo depois ser renovada automaticamente.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Não está prevista a renovação automática.

Intervenção da Senhora Vice-Presidente, Ana Filipe

Está prevista a renovação automática, sendo que de qualquer forma pode a qualquer momento voltar a ser negociado e certamente que eles terão todo o interesse também, até porque estamos a falar de uma área considerável, ou seja, toda aquela área que eles tinham que tratar ao nível da gestão de combustível, acaba também por lhes ser favorável. Relativamente ao objeto do comodato, esta foi a única pretensão que inicialmente entrou diretamente na EDP. Esta não faz qualquer tipo de contratos com privados. Portanto, a pretensão foi depois canalizada para o município. Obviamente que o município tem todo o interesse em conseguir atrair ali investimento, este e outros investimentos que surjam, estaremos cá para novamente voltar a negociar com a EDP. Neste momento eles não podiam deixar o contrato em aberto, até porque a administração exigiu a definição do objetivo específico, não quer dizer que amanhã, e quem nos dera a nós, poderem chegar outras propostas de negócios para o Pocinho e podermos novamente voltar a articular com a EDP e voltar a negociar. No entanto, este foi o pedido que chegou e foi o mesmo que despoletou todo este processo de comodato.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Obrigado pelos esclarecimentos, Sra. Vereadora. Não acrescentou aqui nenhuma informação nova. Não há aqui no protocolo do contrato de comodato nenhuma possibilidade de renovação automática, portanto, isso é sempre negociável e bem, e a EDP não permite mais de 10 anos, eu entendo isso perfeitamente. A minha questão aqui é se há a possibilidade de que mais um operador possa utilizar o espaço. A minha questão aqui é porque, da forma como está feito, imagina, isto é um contrato, como um contrato de arrendamento qualquer, entre duas partes que celebram um contrato, eu sou titular de um imóvel e decido arrendar a um terceiro e o arrendatário é uma pessoa. Nas condições que estão previstas no acordo, se a outra pessoa colocar mais pessoas dentro do imóvel, que nós acordamos, o contrato torna-se nulo por incumprimento de uma das cláusulas. Aqui a minha questão é: se esta cláusula ficar com a instalação de um, e o um é no sentido da unidade, ser só um explorador, se nós tivermos a



intenção de, porque há outra pessoa qualquer que pretende utilizar o espaço, desenvolver a sua atividade, em simultâneo dois ou três, estamos a não cumprir com o contrato. A minha questão é só essa. Deve ser salvaguardado.

Intervenção da Senhora Vice-Presidente, Ana Filipe

O terreno nunca será nosso. Será sempre da EDP.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Desculpe. Não está em questão a posse.

Intervenção da Senhora Vice-Presidente, Ana Filipe

Eu sei, mas aquilo que eu quero dizer é que será sempre a EDP a autorizar ou não, a instalação de qualquer outro negócio.

Intervenção do Sr. Vereador do PS Francisco Gouveia

Não é o que está previsto no contrato.

Intervenção da Senhora Vice-Presidente, Ana Filipe

Mas eles não permitiram. Neste momento, ficou fechado desta forma.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Não, mas há aqui qualquer coisa, porque o Sr. Presidente disse que previa.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Não, o contrato não prevê. Quem fez a gestão do processo foi a Sra. Vereadora e foi ela que entrou em contato tanto com a entidade privada, como com a EDP. O que nós queremos assegurar é se nós tivermos mais manifestações de interesse para usar aquele espaço, a Câmara Municipal, tal como fez com este contrato, estará aqui de portas abertas para voltar a negociar, se assim for o caso, com a EDP e acomodar todas as propostas de intenção que venham para dinamizar aquele espaço. Aquilo que nós queremos é atrair investimento, é dinamizar economicamente todo o Concelho, mas agora estamos a falar concretamente do Pocinho. Neste caso, o contrato, e obrigado Senhora Vereadora pelo esclarecimento, prevê a instalação de uma food truck. Se houver mais interessados, nós cá estaremos para conversar e para ajudar no processo, tal como ajudámos aqui.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Sim, mas a questão que eu coloquei inicialmente é que o contrato que aqui está tem um mapa que determina a localização, o seu perímetro, são cerca de 3 mil metros, é uma área significativa. Acho que em 3 mil metros é possível haver muito mais que um operador. E porque estamos a limitar? Estamos agora a iniciar o contrato e estamos já a limitar a sua utilização a um operador. Não faz sentido para mim.



Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Fazendo sentido ou não, o Sr. Vereador votará da forma que quiser. Foi aquilo que foi negociado com a EDP. Como a Sra. Vereadora disse, este é um processo que já se arrasta há muito tempo. Aquilo que eu quero deixar é a garantia de que nós cá estaremos para abraçar todas as propostas de intenção que acrescentem valor ao território e cá estaremos para conversar novamente com a EDP, se assim for o caso. Neste momento, o que vamos aprovar é esta proposta.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Entendo, Sr. Presidente. A questão é: no início, na apresentação do próprio acordo, disse que tem toda a intenção de dinamizar o espaço e depois aquilo que votamos é um contrato de comodato que limita a um utilizador. Portanto, é uma dinamização muito curta.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

É, o caminho faz-se caminhando, um passo de cada vez. Mais vale dar um passo seguro do que dois inseguros. Trata-se de um utilizador porque foi o processo de intenção que se materializou na Câmara, como a Sra. Vereadora disse, nem sequer foi um processo que começou na Câmara, foi um processo que começou na EDP e depois é que nós entre as partes conversamos, cá estaremos para abraçar outros projetos que possam vir.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Declaração sobre o sentido da abstenção: “Os Vereadores do Partido Socialista relativamente ao processo 48632026 a minuta de contrato de comodato entre a EDP e o Município, não votam favoravelmente, embora reconheçam a importância da dinamização do espaço que está aqui no objeto do protocolo, mas não concordam que o mesmo seja limitado a um só operador económico, quando o espaço que aqui está, portanto, protocolado, é um espaço com três mil metros, que se percebe perfeitamente que se daria, portanto, um espaço útil para mais que um operador económico e que daria a dinamização efetiva ao espaço do Pocinho que ele merece”.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Sim, muito obrigado, eu vou também ditar para a ata, dizendo aquilo que já disse: “que o processo está neste momento com um operador, porque foi um operador que mostrou o interesse e que estaremos sempre disponíveis para abraçar novos projetos e fazer o caminho tal como fizemos até aqui, fazer o caminho com outros operadores que assim demonstrem esse interesse”.

A Câmara Municipal deliberou: por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Pedro Miguel Carvalho Duarte e das Senhoras Vereadoras, Dr.ª Ana Maria Proença Filipe e Dr.ª Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho e duas abstenções dos Senhores Vereadores, Dr.ª Vera Lúcia Pires De Carvalho e Francisco Pedro Salgado



Gouveia, aprovar a minuta do contrato de comodato entre a EDP, S.A. e o Município de Vila Nova de Foz Côa, com o objeto de cedência do direito de uso de uma parcela com a área de 2.969m², ("Imóvel") do prédio rústico sito em Canada da Barca, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Foz Côa sob a ficha 711 da freguesia de Vila Nova de Foz Côa, e inscrito na matriz predial rustica sob o art.º 22 da dita freguesia, com a área total de 141 929,75 m², com a retificação supra referida.

Processo 4882/2026. Início do Procedimento de Alteração do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior.		
Favorável	Tipo de votação: Ordinária	Tipo de maioria: Unanimidade
	A favor: 5, Contra: 0, Abstenções: 0, Ausentes: 0	

Factos e fundamentos legais:

Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior

O Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do ensino superior, constitui um importante instrumento de política educativa e de ação social, através do qual o Município de Vila Nova de Foz Côa promove a igualdade de oportunidades no acesso e frequência do ensino superior, contribuindo para a redução das desigualdades económicas e sociais e para a valorização das qualificações académicas dos jovens do concelho.

Decorridos alguns anos da aplicação prática do regulamento atualmente em vigor, verificou-se a necessidade de proceder à sua revisão/alteração, de forma a adequar algumas das suas disposições às atuais necessidades dos estudantes e respetivos agregados familiares, bem como clarificar normas cuja aplicação tem suscitado dúvidas interpretativas.

As alterações propostas visam reforçar os princípios da equidade, da transparência e da objetividade na atribuição das bolsas de estudo, assegurando simultaneamente uma resposta mais ajustada às diferentes realidades educativas e sociais do concelho, sem desvirtuar os objetivos que estiveram na génese do regulamento.

Neste contexto, e ao abrigo do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e das competências previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, revela-se pertinente proceder à alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo do Município de Vila Nova de Foz Côa, promovendo os ulteriores trâmites legais, incluindo a consulta pública, quando aplicável, e a subsequente submissão à Assembleia Municipal para aprovação definitiva.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3464 de 6 de agosto de 2026.



Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar o início do procedimento para a elaboração do *Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior*, em cumprimento do artigo 98.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA)

Processo 3848/2026. Empreitada “15/26 - Restauro do património integrado - Igreja Paroquial de Vila Nova de Foz Côa/Igreja de Nossa Senhora do Pranto”			Aprovação do Relatório Final da Revisão do Projeto e Retificação das Peças do Procedimento
Favorável	Tipo de votação: Ordinária	Tipo de maioria: Unanimidade	
	A favor: 5, Contra: 0, Abstenções: 0, Ausentes: 0		

Factos e fundamentos legais:

Assunto: Empreitada “15/26 - Restauro do património integrado - Igreja Paroquial de Vila Nova de Foz Côa/Igreja de Nossa Senhora do Pranto” | Aprovação do Relatório Final da Revisão do Projeto e Retificação das Peças do Procedimento

Na sequência da preparação das peças do procedimento para carregamento na plataforma eletrónica de contratação pública **acinGov**, constatou-se que o **Relatório Final da Revisão do Projeto** não acompanhou as peças do procedimento submetidas à aprovação da Câmara Municipal na reunião de 31 de julho de 2026, não obstante constituir um documento integrante do procedimento.

Adicionalmente, verificou-se que o **Programa do Procedimento** e o **Caderno de Encargos – Condições Gerais**, aprovados na referida reunião de Câmara de 31 de julho de 2026, através da PR/2026/3299 de 23/07/2026, não refletiam as recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas no âmbito dos dois últimos procedimentos sujeitos a fiscalização prévia.

Verificou-se, igualmente, que o **Mapa de Quantidades** e o **Mapa do Orçamento do Projeto**, fornecidos pela equipa projetista, continham incorreções na codificação dos artigos, circunstância que impossibilitava o carregamento do mapa de trabalhos na referida plataforma eletrónica.

Face ao exposto, propõe-se à Câmara Municipal a aprovação do seguinte:

1. Do **Relatório Final da Revisão do Projeto**, bem como a sua integração no respetivo procedimento;
2. Das versões corrigidas do **Programa do Procedimento**, do **Caderno de Encargos – Condições Gerais**, do **Mapa de Quantidades** e do **Mapa do Orçamento do Projeto**, as

ATA CÂMARA MUNICIPAL
Número: 2026-0018 Data: 14/08/2026

Código Validação: 5YHHEME73JST9JMRNXXR3479Z
Verificação: <https://fozcoa.baicaoeletronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 30 / 33



quais substituirão as anteriormente aprovadas na reunião de 31 de julho de 2026.

Mantêm-se inalteradas todas as restantes peças do procedimento, bem como as demais deliberações aprovadas pela Câmara Municipal, na parte não afetada pela presente deliberação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3467 de 6 de Agosto de 2026.

Resolução:

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Processo 3848 empreitada 15/2026 restauro do património integrado da Igreja Paroquial de Vila Nova de Foz Côa, Igreja Nossa Senhora do Pranto. Aprovação do relatório final da revisão do projeto e retificação das peças do procedimento.

Este é um documento que vem pela segunda vez, já tinha sido aprovado numa anterior reunião de Câmara. Havia algumas questões que ainda não estavam conformes. Os serviços alertaram-nos para isso, sendo que havia uma recomendação do Tribunal de Contas que não estava integralmente cumprida. Achámos por bem voltar a trazer aqui à reunião de Câmara, fazer, obviamente, primeiro essas retificações, para que o projeto seja lançado com a maior garantia de sucesso e de aprovação de todas as entidades fiscalizadoras.

Foram pequenas questões que, quando nós recebemos a revisão do projeto, não foram plenamente acauteladas na última reunião de Câmara. Em discussão com os técnicos, achámos por bem fazer as alterações, porque nos davam mais algumas garantias de sucesso e, obviamente, voltamos sempre à questão das obras e é nossa intenção e nosso interesse em que elas decorram com a maior rapidez possível, mas aquilo que nós sabemos também é que quanto melhor estiverem preparados os projetos, quanto melhor for acautelado o processo inicial, menos problemas teremos depois.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Sim, mas já agora, pode nos dar informação sobre qual foi a questão?

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

A questão está explícita na informação técnica a que tiveram acesso.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Mas, tem algum esclarecimento?

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Não tenho, a Senhora Vereadora, tem algum esclarecimento?

Intervenção da Senhora Vice-Presidente, Ana Filipe

O relatório final da revisão de projeto é um documento que faz parte das peças do



procedimento e tinha que ser aprovado isoladamente, o que não foi acautelado na reunião anterior e agora foi colocado aqui para aprovação, que é uma das imposições do Tribunal de Contas. Para além disso, o nosso técnico, ao carregar as peças do procedimento, reparou que havia algumas incorreções no mapa de quantidades e orçamento, que foi necessário corrigir.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Mas o valor mantém-se?

Intervenção da Senhora Vice-Presidente, Ana Filipe

Sim, mantém-se tudo igual, valor e tudo o resto.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Peço desculpa, Sra. Vereadora, é o que eu estava a dizer, é o que diz na informação do técnico: verificou-se igualmente que o mapa de quantidades e o mapa de orçamento do projeto, fornecidos pela equipa projetista, continham incorreções da codificação dos artigos, circunstância que impossibilitava o carregamento do mapa de trabalhos na referida plataforma eletrónica. Face ao exposto, propõe-se à Câmara a aprovação do seguinte, do relatório final da revisão do projeto, bem como a sua integração no respetivo procedimento, das versões corrigidas do programa de procedimento do caderno de encargos e condições gerais do mapa de quantidades e do mapa de orçamento do projeto, as quais substituirão as anteriores aprovadas na reunião de Câmara de 31 de julho de 2026.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

No fundo é o código de despesa que foi alterado.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Mantém-se inalteradas todas as restantes peças do procedimento, bem como as demais deliberações aprovadas pela Câmara, na parte não afetada pela presente deliberação.

Intervenção do Senhor Vereador do PS Francisco Gouveia

Era esse o esclarecimento que eu queria perceber.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte

Estava na informação do técnico.

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar o Relatório Final da Revisão do Projeto, bem como a sua integração no respetivo procedimento; aprovar as versões corrigidas do Programa do Procedimento, do Caderno de Encargos – Condições Gerais, do Mapa de Quantidades e do Mapa do Orçamento do Projeto, as quais substituirão as anteriormente aprovadas na reunião de 31 de julho de 2026 e manter inalteradas todas as restantes peças do procedimento, bem como as demais deliberações aprovadas na referida reunião de



Câmara, na parte não afetada pela presente deliberação.

Resumo Diário de Tesouraria		
Favorável	Tipo de votação: Ordinária	Tipo de maioria: Unanimidade
	A favor: 5, Contra: 0, Abstenções: 0, Ausentes: 0	

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: tomar conhecimento.

C) Período de intervenção e esclarecimento ao público

Apesar de esta reunião ser pública, não houve lugar ao período destinado às suas intervenções, por inexistência de público.

E não havendo mais nada a tratar, na hora 17:51, quando o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu por encerrada a reunião, tendo antes sido deliberado por unanimidade aprovar a presente ata, a qual depois de lida, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e por mim, Ana Cristina Inteiro Guindeira, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, que a lavrei.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

ATA CÂMARA MUNICIPAL
Número: 2026-0018 Data: 14/08/2026

Código Validação: 5YHHEME73JST9JMRNNXR3479Z
Verificação: <https://fozcoa.baicaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona

